

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada

Citrus fruits in Portuguese agriculture, 18th -19th centuries: between alternative cultivation and specialised production

Los cítricos en la agricultura portuguesa, siglos XVIII-XIX: entre el cultivo alternativo y la producción especializada

Les agrumes dans l'agriculture portugaise, 18e-19e siècles : entre culture alternative et production spécialisée

Leonardo Aboim Pires
CEIS20 – Universidade de Coimbra
leonardo.a.pires@uc.pt

Resumo: Partindo dos debates historiográficos sobre especialização agrária e agricultura alternativa, o presente estudo incide sobre a importância que os citrinos ocuparam nos sistemas agrários portugueses dos séculos XVIII e XIX e as suas consequências no comércio coetâneo. Fazendo uma resenha histórica sobre a expansão da citricultura e com base num conjunto de várias fontes, conclui-se que apesar da concorrência externa, algumas regiões do país continuaram a fomentar o cultivo de laranjas, apostando numa maior especialização agrícola.

Palavras-chave: Citricultura; produção agrícola; agricultura alternativa; especialização agrícola.

Abstract: Starting from historiographical debates on agrarian specialisation and alternative agriculture, the present study focuses on the importance of citrus in the 18th and 19th centuries Portuguese agrarian systems and its consequences in the contemporary trade. Making a historical review of the expansion of citrus cultivation and based on a set of various sources, it concludes that despite external competition, some regions of the country continued to promote the cultivation of oranges, betting on a greater agricultural specialization.

Keywords: Citriculture; agricultural production; alternative agriculture; agricultural specialization.

Resumen: Partiendo de los debates historiográficos sobre la especialización agraria y la agricultura alternativa, el presente estudio se centra en la importancia de los citrinos en los sistemas agrarios portugueses de los siglos XVIII e XIX y sus consecuencias en el comercio coetáneo. A partir de una revisión histórica de la expansión del cultivo de cítricos y de un conjunto de fuentes, se concluye que, a pesar de la competencia externa, algunas regiones del país continuaron promoviendo el cultivo de naranjas, invirtiendo en una mayor especialización agraria.

Palabras-clave: Citricultura; producción agrícola; agricultura alternativa; especialización agrícola.

Résumé: Partant des débats historiographiques sur la spécialisation agraire et l'agriculture intensive, cette étude se concentre sur l'importance de les grumes dans les systèmes agraires portugais du XIXe siècle et ses conséquences sur le commerce contemporain. Sur la base d'un examen historique de l'élargissement de cette culture et d'un ensemble de sources, il est conclu que, malgré la concurrence extérieure, certaines régions du pays ont continué à promouvoir la citriculture, investissant dans une plus grande spécialisation agraire tout au long du 19^{ème} siècle.

Mots-clés: Citriculture ; production agricole ; agriculture alternative ; spécialisation agricole.

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

Introdução

Entre limas e laranjas, limões e tangerinas, os citrinos foram e são uma presença visível e transeular na paisagem agrária de Portugal, como obras recentes o demonstram (Ramos, 2022), com uma clara disseminação de Norte a Sul, com certas regiões a fazer destas culturas um traço distintivo das suas estruturas agrárias. O citrino com maior destaque foi a laranja, cuja supremacia económica se fez sentir nos Açores, como vários estudos já evidenciaram (Dias, 1995; Miranda, 1989; Sousa, 2012), em Setúbal e no Algarve.

No mercado interno, os citrinos visavam o abastecimento dos centros urbanos que chegavam através da cabotagem fluvial e costeira. No estrangeiro, eram o Reino Unido, a Alemanha e as pequenas economias industrializadas da Europa do Norte os mais relevantes importadores porque reuniam as condições para uma dinâmica de um forte consumo onde os vendedores dependiam de produtos de alta qualidade para satisfazer a procura dos consumidores, alterando a perceção portuguesa sobre as práticas de cultivo e de comércio. Em Portugal, uma lenta efetivação desta realidade teve consequências devido à concorrência de outras regiões, como a historiografia internacional assinalou para Espanha (Abad, 1984; Calatayud 1989; Garrido 2007; Garrido, 2010; Soriano, 1998), EUA (Sackman, 2005; Saraiva, 2014) e Médio Oriente (Karlinsky, 2005).

Face aos estudos existentes, surge uma discussão que no âmbito da historiografia agrária portuguesa tendo sido praticamente inexistente e cujas interpretações pretendemos eventualmente renovar: a emergência da agricultura alternativa e especialização agrícola. Fazendo uso dos debates conceptuais fomentados pela obra de Joan Thrisk e que teve maior impacto no mundo anglo-saxónico, com este artigo¹ pretendemos analisar, à luz da investigação efetuada por esta historiadora, a evolução dos citrinos em Portugal entre os séculos XVIII e XIX. Olhando para o período cronológico escolhido, as mudanças surgidas poderão ter resultado duma alocação mais eficiente das condições agroecológicas dos territórios? Foi a pressão do mercado global? Ou momentos de crises, baixa de preços e oscilações económicas que estimularam as viragens alternativas dentro do sector primário?

¹ A investigação para o presente trabalho foi financiada pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito de uma bolsa individual de doutoramento (SFRH/BD/06506/2020).

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

Das fontes primárias compulsadas no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria e Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de um ponto de vista quantitativo, todas as estatísticas de produção e comércio apresentaram-se bastante parcelares, com grandes hiatos sem informação. Perante esta escassez, os dados apresentados neste artigo foram os que foi possível coletar perante as lacunas surgidas na documentação, tendo sido efetuado o recurso a outras fontes impressas, nomeadamente, relatórios, teses e dicionários geográficos, compondo o corpo documental para as nossas interpretações.

Agricultura alternativa e especialização agrícola: aspetos de um debate historiográfico

A introdução e expansão de culturas agrícolas sustentam as mudanças onde se inserem as variações nos espaços humanizados e modificações nos regimes alimentares e no âmbito destas transformações surgem algumas estratégias produtivas. Como Joan Thirsk demonstrou em *Alternative Agriculture*, “principalmente no que respeita à produção de cereais e de carne” (Thirsk 1997: 7), consideradas como a agricultura dominante, todos os outros sectores podem ser classificados como agriculturas alternativas. Em épocas de recessão agrária, os agricultores voltaram-se para novas culturas e conceberam novos métodos e, assim, a tónica foi colocada em como as crises serviram como um poderoso estímulo para a mudança.

Estas considerações sofreram críticas contra um certo maniqueísmo em que estas explanações se baseavam. A relação estabelecida entre sectores dominantes e alternativos aponta para vários itinerários de modernização e a não existência de um modelo explicativo único para o desenvolvimento da agricultura. A separação entre agricultura alternativa e especialização agrícola não pode ser estanque, pois, “a especialização está presente tanto na escolha de uma cultura alternativa como no favorecimento da agricultura convencional” (Herment & Mignemi, 2021: 3). As porosidades económicas daqui surgidas apresentam um sector feito de conexões, com um feixe de motivos que podem justificar algumas das opções de cultivo. A diversificação advém de diferentes componentes, entre os quais, assegurar a sobrevivência dos sistemas agrários e o cálculo

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

económico, isto é, perante más colheitas ou pela pressão do mercado surgem alternativas às dominantes.

A crítica feita por Poussou (2020) demonstrou que muitas das culturas que Thirsk enumerou como exemplos de agricultura alternativa, como o cânhamo ou milho miúdo, foram introduzidas como complementos e não como substitutos da produção cerealífera ou pecuária. A agricultura alternativa pode estar sempre connosco em que a extensão da sua prática varia apenas marginalmente. Mais do que a passagem de uma forma de explorar para outra, o que a realidade agrária do Sul da Europa aponta é que existiu uma gama de fatores que moldam as escolhas produtivas, como a procura dos consumidores por culturas alternativas condicionadas por novas práticas alimentares, inovação tecnológica e/ou mudanças ambientais. Em síntese, será melhor observar de culturas alternativas, de substituição, complementares, ou mesmo culturas industriais.

Também especializar não é sinónimo de monocultura. Em alguns casos esta pode ocorrer dentro da rotação ou em associação com outras atividades, formando complementaridades. Poder-se-á falar numa cultura vetorial ou atividade pivô que pode ser vista como “um atalho que designa um grupo de produtos ligados, quer os primeiros serviram para produzir os segundos, quer os rendimentos obtidos com os vários produtos combinados para garantir a segurança económica do agricultor” (Herment & Antoine, 2016: 26). A gestão do risco a que os produtores estavam expostos, considerando as variações climáticas que podiam surgir, e o grau de integração nos mercados, o que levava a que na agricultura tradicional, com pouca assistência mecânica ou química, se tivesse de diversificar a produção. Em síntese, nos sistemas tradicionais, a pluriatividade era a regra geral, permitindo explicar o grau e as escolhas que levam à especialização.

Apesar das diferentes formas de propriedade existentes, é aqui que a atividade pivô emerge sob em duas formas: na mão-de-obra e recursos investidos e no nível de comercialização. Mais do que uma oposição entre culturas dominantes e alternativas, como Thirsk considerava, a atividade pivô é um ponto de partida, sendo esta que leva à organização do espaço rural, revelando o sistema multifuncional que acompanhou o desenvolvimento de sistemas agrários em contextos pré-industriais. Esta situação era determinada pelas condições agroecológicas, potencialidades económicas, inovações tecnológicas e estrutura territorial. Algumas consequências sobrevêm deste modelo de exploração económica: primeiramente, a especialização produtiva tem um forte impacto

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

no ciclo de rotação dos cultivos, mobilização de mão-de-obra e organização da propriedade fundiária. Seguidamente, a constituição de redes comerciais é intrínseca à especialização que absorve recursos locais e atrai recursos externos.

Há uma tendência que imputa à contemporaneidade uma maior centralidade neste movimento de intensificação pois é aqui que a especialização transforma e uniformiza os conhecimentos profissionais locais, levando a uma economia de escala significativa (de mercados e espaços técnicos). Um caso que realça estas propensões em Portugal é a citricultura porque esta se insere em ações económicas focadas na rentabilização, gerando opções com impactos fundiários e na atividade mercantil. Estes elementos encontravam-se no resto do Mediterrâneo onde pequenas áreas geográficas especializadas nesses tipos de produtos forneceram a maioria de “laranjas, limões, amêndoas, ameixas secas, passas de uva, e groselhas que foram consumidas nos mercados de exportação em expansão dos Estados Unidos e da Europa do Norte” (Garrido, 2010: 225). Tendo por base o enquadramento apresentado iremos historiar a introdução e expansão comercial e cultural citrícola.

Perspetivas regionais da produção citrícola em Portugal

As referências à presença dos citrinos nas estruturas agro-fundiárias regionais remontam à Idade Média, cultivados em pequenas parcelas de terreno como nas cercas de mosteiros e conventos, quintas e jardins e usados como árvores ornamentais, para autoconsumo de pequena escala e na composição medicinal de medicamentos, como a cidra. No século XVII, havia “muita copia de laranjas [azedas], cidras e limões, de toda a sorte, em Portugal” (Leão, 1610: 61), além de uma variedade agridoce, a bical.

Vinda do Oriente, surgiu a laranja doce, conhecida como *laranja da China*, recebendo fora do reino o nome de *laranja de Lisboa* ou *de Portugal* e, considerada de qualidade superior, tornar-se-ia “mais frequente em todo o país”². Alguns defendem que a sua introdução “se deve às viagens dos portugueses à Índia principalmente às de D. João de Castro em 1520”³ e que “em 1531 já era relativamente abundante, entre nós, a laranja doce” (Coutinho, 1940: 274). É consensual que no século XVII – “o mais próspero para

² *Revista Agronómica*, vol. XXVI, nº 3, 1938: 257.

³ *Boletim da Sociedade Nacional de Horticultura*, vol. 1, nº 4, 1899: 62.

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

a cultura das árvores de espinho”⁴ – já eram cultivadas e consumidas. No século XVIII, as referências à presença das laranjas doces encontram-se em múltiplos locais. Em Amares (Braga) havia “excelentes frutas, com especialidade a de espinho”⁵, e na Beira Alta, os maiores níveis de produção situavam-se em Besteiros, junto à Serra do Caramulo, com notícia de “laranja da China nos pomares”⁶ de Pedorido (Paiva).

Nos inícios do século XIX, uma nova variedade oriunda do Brasil, a da *Baía*, integra o património varietal citrícola, considerada como “muito sumarenta, doce, aromática e de grão fino”⁷. José Maria Grande refere a existência de mais algumas variedades como “a de polpa roxa, a de fruto rugoso, e a multiflora” que “tem a mesma cultura com muito ligeiras modificações” (Grande, 1849, v. II: 212).

Nas décadas seguintes, dentro dos frutos cítricos, a laranja era “boa em Braga”, “ótima em Besteiros [Tondela]” e também “ótima em Sintra” (Maranhão, 1839: 13). O limão sempre apareceu num lugar mais reduzido (Figura 1), não existindo alusões a tangerinas, toranjas ou cidras que mostrariam valores de produção insignificantes. No caso das tangerinas⁸, só a partir de meados de 1860 é que surgem referências como em 1861, numa aldeia junto ao rio do Douro, uma praga atingiu várias árvores cítricas, entre as quais “30 Laranjeiras e 3 Tangerineiras”⁹ e em 1877, quando foi aludido que “a tangerina lisboeta luta com a de Palermo e de S. Miguel”¹⁰.

⁴ *Brotéria*, vol. XXII, nº VI, 1924: 261.

⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Memórias Paroquiais*, vol. 3, nº 61, fl. 482v.

⁶ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 28, nº 99, fl. 629v.

⁷ *Revista Agronómica*, vol. XXVI, nº 3, 1938: 274.

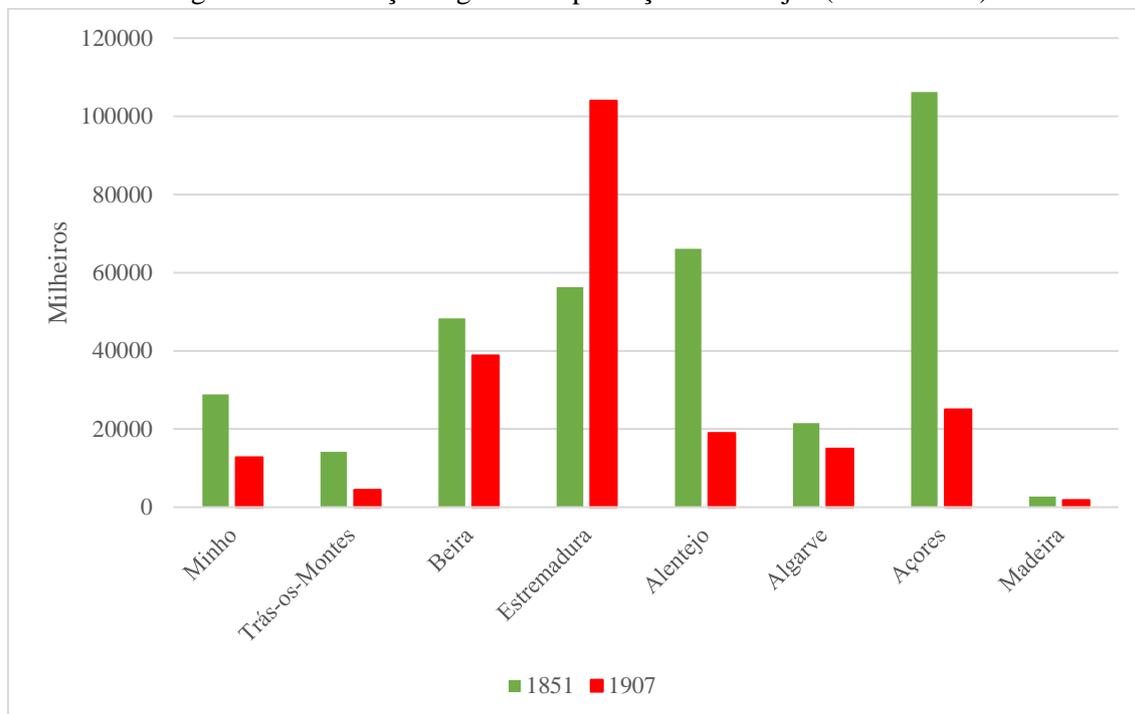
⁸ De referir que existe a descrição de uma variedade denominada Tangerineira Loureiro (*Jornal de Horticultura Prática*, vol. II, nº 6, 1871: 97)

⁹ *Jornal de Horticultura Prática*, vol. I, 1870: 57.

¹⁰ *Jornal Oficial de Agricultura*, vol. I, nº 30, 1877: 442

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

Figura 1. Distribuição regional da produção de laranjas (1851 e 1907)



Fontes Ayala, 1855: 153; Leite 1918: 133

Economicamente, as laranjas “eram fonte da riqueza de muitos proprietários, e um dos géneros mais importantes do comércio de muitas regiões” nomeadamente “Setúbal, Vila Real de Santo António e mais algumas cidades do Algarve” (Almeida, 1882: 102). Mas algumas alterações são significativas no princípio do século XX, em comparação ao cenário que se apresentava em 1851. A Estremadura tinha a primazia da produção, aliás a única região onde não houve um decréscimo da produção, ocupando o lugar dos Açores. Noutras províncias a produção de citrinos tinha pouca relevância como na Madeira ou em Trás-os-Montes onde “a laranjeira não produz nesta zona” (Pery, 1875: 98). Os dados ilustram que, em cerca de 50 anos, a combinação de diferentes fatores levou a que “a produção da laranja, em Portugal, está em verdadeira decadência”¹¹. Vejamos agora algumas regiões exemplificativas dessas dinâmicas, nas quais se detetam relações entre alternativa e especialização.

¹¹ *Portugal Agrícola*, 22º ano, nº 17/18, 1/15-9-1911: 268.

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

Os Açores

A partir do século XVIII, a laranja converteu-se numa das bases da economia regional dos Açores, sobretudo em São Miguel, Faial e Terceira, com o registo da primeira exportação de laranja para França, em 1714. Até aí a laranja não era mais do que um “elemento decorativo e de autoconsumo dos proprietários das quintas” (Machado, 2005: 278). Nos inícios do século XIX, o comércio principal de São Miguel consistia “na rica exportação da saborosa laranja, igual à de Malta¹², reconhecida pela melhor do Mundo” (Sousa, 1822: 57), existindo relatos que comprovavam como “a exportação de frutas vai em progressivo aumento” (Albuquerque & Menezes, 1826: 28). O desenvolvimento do cultivo comercial da laranja açoriana pode ser considerado como resultado da procura externa e da abertura da economia portuguesa. Eram os mercados de Inglaterra, do Báltico e dos EUA que a importavam, atraindo interesses comerciais estrangeiros que, pela exigência de capitais e pela capacidade de iniciativa, tinham maior capacidade económica que a das elites locais. Em 1820, dos nove exportadores em São Miguel, oito eram ingleses (Miranda, 1989: 19). Só em 1836 é que surgiu o primeiro projeto local de uma companhia exportadora: a Companhia da Exportação de Fruta d'Espinho da Ilha de São Miguel.

¹² A laranjeira de Malta (também conhecida por laranja sanguínea) é cultivada no Mediterrâneo e caracteriza-se pela cor vermelha intensa da polpa e do sumo.

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

Quadro 1. Produção de citrinos nos Açores e Madeira (em milheiros)

Ano	Laranjas				Limões			
	Angra	Horta	Ponta Delgada	Funchal	Angra	Horta	Ponta Delgada	Funchal
1850	-	-	93922	-	-	-	73	-
1851	38679	-	136117	2855	123	-	73,5	1188
1856	25989	2446	-	6330	63	8,5	-	1664
1860	-	-	101156	-	-	-	51	-
1861	35612	12244	-	-	26	26,5	-	-
1862	14921	3664	163370	3157	19	3	1222	1428,5
1868	22666	6430	171764	551	47	10	38	149
1869	47325	16833	215055	445	36	8,5	38	118
1870	39510	9298	213773	423	25	1007	44	108
1871	54479	9233	171592	449	24508	7	52	110
1872	52216	6098	165106	593	48	11	61	141
1873	49671	7928	197149	1711	35	16	71	126

Fontes: Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Direcção-Geral do Comércio, Agricultura e Manufaturas*, Repartição de Agricultura, 3ª Secção, pasta 11 e 1ª secção, pasta 12.

A laranja ganhou espaço nas práticas agrícolas açorianas, ocupando um lugar que tinha sido preenchido pelo trigo, mas cuja expressividade se foi perdendo entre 1820 e 1840. Atendendo à importância dos cereais e das leguminosas de contra-folha (fava e feijão), essenciais para o abastecimento alimentar, a preponderância económica da laranja passara despercebida, ou seja, “tirou-se trigo para por citrinos” (Machado, 1994: 87). Progressivamente, os pomares do arquipélago foram crescendo em dimensão, importância, rendimento e produtividade. Em face da queda dos preços de exportação dos cereais “que formavam um dos mais consideráveis géneros d’exportação nos Açores, estão por tal foram depreciados”, os laranjais “gradualmente tinham substituído a diminuição de valor daquela cultura”¹³. Surgiu uma reconversão, mas não bastava “que uma nova cultura prospere, é preciso que seja de natureza a poder alargar-se em certa escala, e que tenha mercado pronto e consumidores numerosos”¹⁴. Não sendo a especialização algo monocultural, a presença de culturas alternativas não implicou uma total substituição pois, na ilha de São Jorge, até 1850, “a laranja funcionaria em complementaridade com o vinho” (Sousa, 2012: 330).

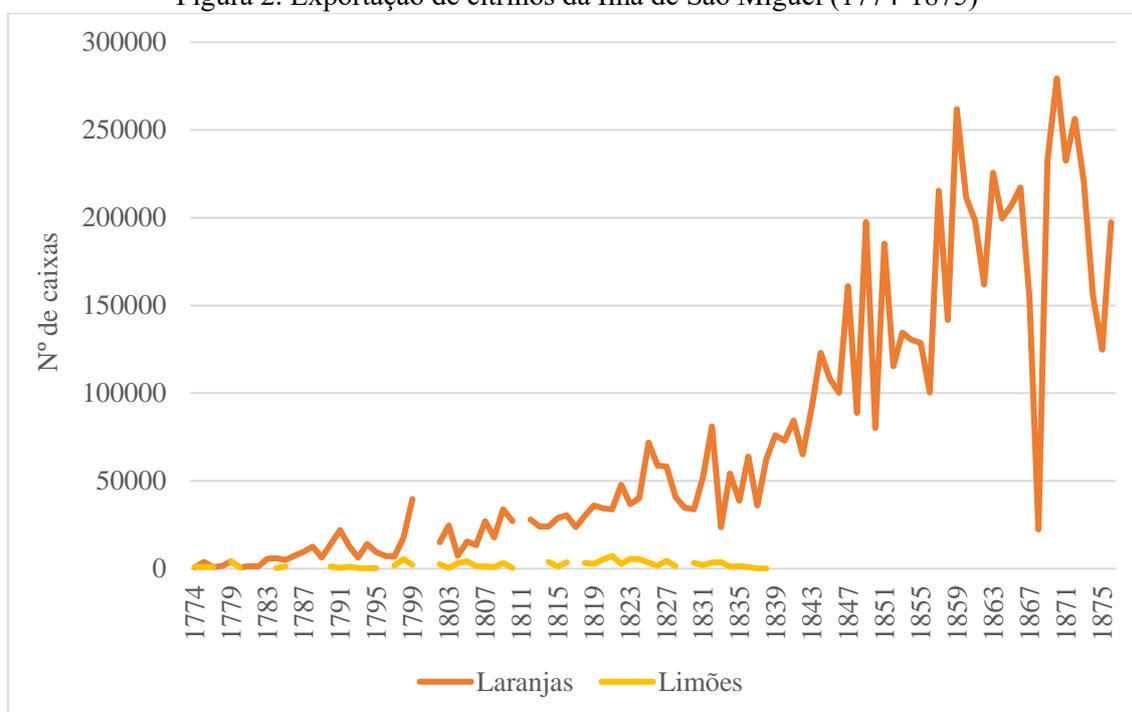
¹³ ANTT, *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, mc. 1008, n° 16/1, fls. 1-1v.

¹⁴ *O Agricultor Michaelense*, vol. 1, n° 22, 1849: 379.

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

A importância da economia insular da laranja, porém, decaiu com a propagação da cochonilha *Coccus hesperidum* (L.), situando-se o período mais crítico entre 1840 e 1860. Apesar das perturbações causadas, o resultado económico não foi tão desastroso como certos relatos coetâneos possam dar a entender. Em 1851, os Açores ainda era a principal região produtora de laranjas (Figura 1) e em 1859 já se notava, na Horta, que “as laranjeiras estão geralmente bonitas e prometendo um bom ano de fruta”¹⁵. Os choques foram incontornáveis, mas a rápida recuperação dos laranjais permitiu “a manutenção do arquipélago numa posição de fornecedor, não fossem outras condições do mercado internacional terem depreciado a posição da laranja açoriana” (Queiroz & Alves, 2019: 240). Algo que pode atestar isso é a complementaridade com outros sectores, nomeadamente a indústria, como em São Miguel onde tinha “importância o fabrico de caixas para exportar laranja, que ocupa muitos braços” (Pery, 1875: 305). Contudo, a partir de 1870 “existiram enormes flutuações” e “uma tendência persistente para a baixa a partir de 1864” das exportações (Miranda, 1989: 71) (Figura 2).

Figura 2. Exportação de citrinos da Ilha de São Miguel (1774-1875)



Fonte: Arquivo Regional dos Açores, *Manuscritos Ernesto do Canto*, A.1, Gav.1, EC Ms.22-A, fl. 1.

¹⁵Revista Agronómica, vol. III, nº 7, 10-10-1859: 107.

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

Para contornar os riscos trazidos e procurar cultura mais rentáveis, a fim de manterem os níveis de rendimento, foram desenvolvidas culturas como o tabaco, cujo plantio era permitido desde 1835, e o chá, a partir de 1874. Registaram-se identicamente investimentos no ananás, encarado como “a cultura capaz de substituir a antiga prosperidade da laranja” (Dias, 2008: 41), e que teve em Inglaterra e Alemanha os principais mercados consumidores. Uma hipótese, além da dimensão económica, é que grande parte destes trabalhos agrícolas eram efetuado por mulheres e crianças, pelo que os empregadores podiam explorar uma secção da força de trabalho que poderia estar sem ocupação nos laranjais.

Setúbal

Esta região, de “tratos de terreno muito férteis e esmeradamente aproveitados em vinhas, pomares de laranjeiras” (Pery, 1875: 101), era um importante produtor de laranja que tanto era exportada como consumida pelos habitantes de Lisboa. No século XVIII, em Azeitão, a agricultura local tinha como suportes “o vinho e depois laranja, azeite e grãos” (Portugal, 1791: 327). Dois fatores eram apontados como potenciadores do seu desenvolvimento na zona: “a barateza dos estrumes e a aproximação do grande mercado de Lisboa”¹⁶, embora com alguns problemas na disponibilidade dos recursos hídricos. Durante alguns anos, a percentagem da produção de laranja Setúbal era a mais relevante do distrito de Lisboa¹⁷, contrariamente ao que ocorria com os limões (Quadro 2).

¹⁶ *Boletim da Direcção-Geral de Agricultura*, vol. 6, nº 12, 1897: 1147.

¹⁷ Só em 1926 é que foi criado o distrito de Setúbal, estando até essa data integrado em Lisboa.

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

Quadro 2. Produção de citrinos em Setúbal (1851-1872)

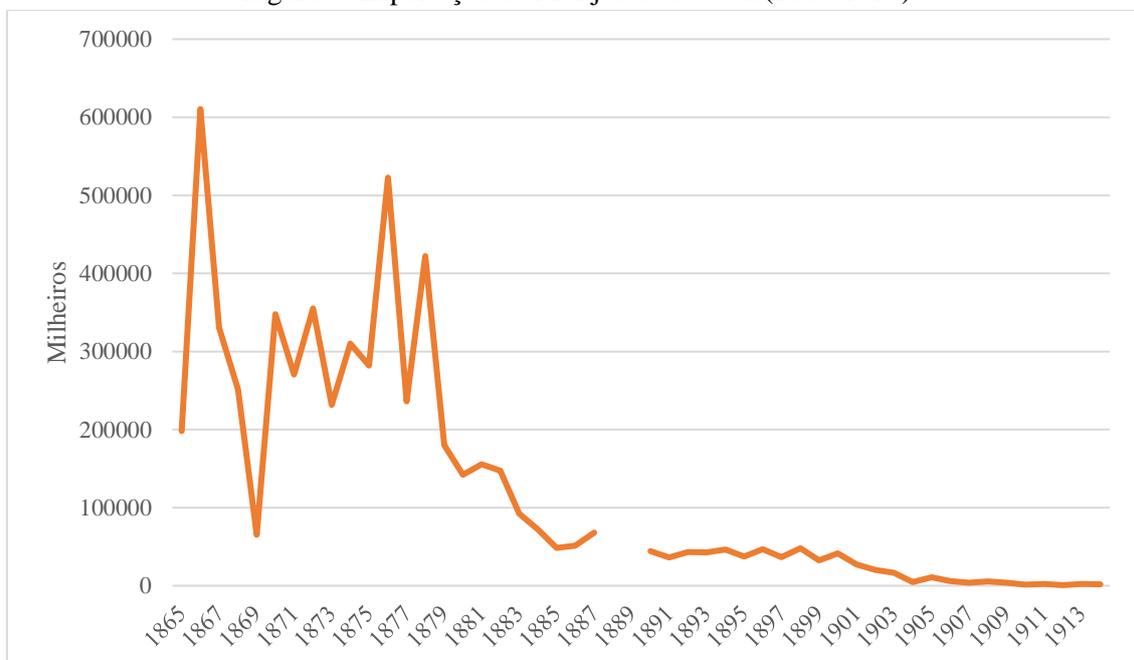
Ano	Laranjas (milheiros)			Limões (milheiros)		
	Produção concelhia	Produção distrital	Percentagem do total	Produção concelhia	Produção distrital	Percentagem do total
1851	8866	52443	16,9%	10	230	4,3%
1856	25610	46252	55,3%	4	1742	0,2%
1861	12281	26935	45,5%	56	1020	5,4%
1862	11447	25661	44,6%	51	732	6,9%
1867	11221	23324	48,1%	44	1549	2,8%
1868	7634	26750	28,5%	34	1690	2%
1869	7052	23126	30,4%	33	1580	2%
1870	7784	25790	30,1%	34	1546	2,1%
1871	7997	35740	22,3%	42	1080	3,8%
1872	7722	27390	28,1%	36	965	3,7%

Fontes: Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Direcção-Geral do Comércio, Agricultura e Manufaturas*, Repartição de Agricultura, 3ª Secção, pasta 11 e 1ª secção, pasta 12.

Nos primeiros anos do século XX era asseverado que “não há ninguém que não conheça e não aprecie as laranjas de Setúbal” (Castro, 1900: 117) que eram importadas, sobretudo, pela Inglaterra e Alemanha, mas esta realidade foi se esbatendo. Um dos problemas apontados às exportações ligava-se à conservação e formas de transporte dos frutos. Numa perspetiva biológica, a variedade de Setúbal apresenta frutos muito sensíveis ao frio e com fraco poder de conservação na árvore. A falta de uma verdadeira cadeia produtiva levava a que a demora da fruta em ser vendida tinha como consequência que esta “apodrece ou em casa do produtor ou no caminho incapaz para consumo” (Leite, 1918: 142). Além disso, o surgimento da gomose teve óbvias reverberações na área cultivada e nos rendimentos obtidos, mas também a expansão da malha urbana e da área industrial provocaram uma transferência da mão-de-obra para o sector secundário, que sempre fora um elemento crucial nas explorações frutícolas.

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

Figura 3. Exportação de laranjas de Setúbal (1865-1914)



Fonte: Leite, 1918: 138-139

O Alentejo

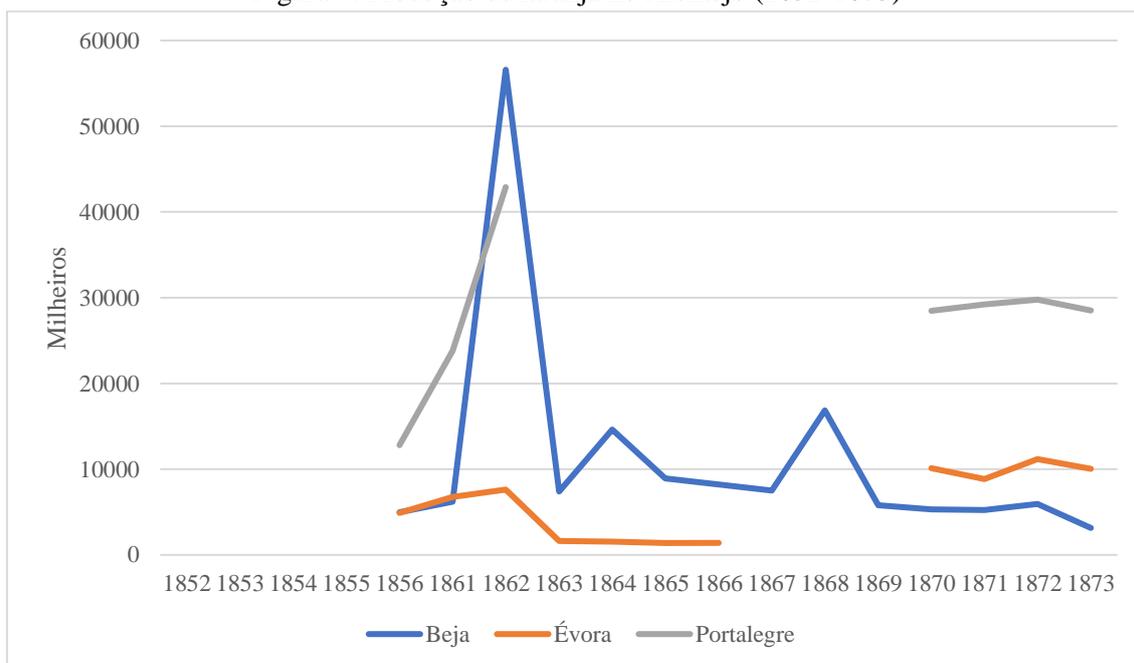
No Alentejo, além dos cereais, da vinha e do olival, culturas típicas da paisagem mediterrânica, os pomares de citrinos estavam também presentes desde o Antigo Regime, sendo “o mais notável [...] o facto de esta cultura ter, por vezes, um carácter comercial” (Silbert 1978, v. II: 606), com especial destaque a região da Vidigueira (Beja). Em meados do século XIX a citricultura tornou-se uma cultura com maior expressão, estimulada pelo mercado inglês e despertando o interesse das elites. Em 1873, João Parreira Cortez, grande proprietário de Serpa, além dos investimentos na cerealicultura e na pecuária, encomendou “trinta enxertos de laranjeiras [...] que vieram de S. Tiago do Escoural” (Matos *et al.*, 1982: 288).

A enunciação deste aumento, cujo pico produtivo ocorreu em meados de 1860 e com maiores níveis em Portalegre (Figura 4), manifestou-se até meados de 1870, período a partir do qual se começou a verificar uma perda de competência no mercado internacional, tornando o investimento em laranjais pouco compensador. Em Évora, entre

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

1881 e 1885, a quebra da produção foi de 40,3% (Fonseca, 1996: 451) e em Portalegre as árvores citrinas “cada vez mais definham e reduzem por efeito de moléstia”¹⁸, que “aspecto dos pomares d’espinho é louco lisonjeiro”¹⁹.

Figura 4. Produção de laranja no Alentejo (1852-1873)



Fonte: Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Direcção-Geral do Comércio, Agricultura e Manufaturas, Repartição de Agricultura, 3ª Secção, pasta 11 e 1ª secção, pasta 12.

Seguindo a lógica da agricultura alternativa, passando por um período de crise, apostou-se noutras culturas frutíferas, o que entronca no movimento da intensificação da criação de capital físico natural, com o avanço da área produtiva e da diversificação cultural em função da preferência dos mercados externos. Em Moura, em 1895, a fruta que mais se cultivava era a romã, com o intuito de a produzir “em quantidade bastante para ser exportada para Inglaterra onde encontra um preço bastante remunerador”²⁰. Apesar das transformações, em 1910, existiam laranjais em Portalegre²¹, Elvas²² e note-se que a produção de Campo Maior ainda era para exportação²³.

¹⁸ *Annaes Agrícolas do Districto de Portalegre*, 6º ano, 1884: 82.

¹⁹ *Annaes Agrícolas do Districto de Portalegre*, 7º ano, 1885: 37.

²⁰ *Boletim da Direcção-Geral de Agricultura*, vol. 6, nº 2, 1895: 223.

²¹ ANTT, *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, mç. 983, nº 153, fl. 1.

²² ANTT, *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, mç. 983, nº 161, fl. 1.

²³ ANTT, *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, mç. 983, nº 157, fl. 1.

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

O Algarve

No Algarve as frutas cítricas conheciam uma antiga implantação no território e que “dentro dos seus limites naturais bem vincados orograficamente, constitui esta região um quadro mais interessante para especiais labores da agronomia”²⁴. A importância económica da citricultura consolidou-se no século XVIII ao redor de Faro, Alte e Monchique, com consequências nas exportações e “a expansão dos agrumes se tenha dado precisamente a seguir à grande crise de meados do século XVII” (Magalhães, 1987: 173) (Quadro 3). A importância do regadio no Algarve deve ser assinalada, algo essencial na cultura dos citrinos, estando a sua expansão ligada à utilização de águas subterrâneas. É neste âmbito que se podem encontrar afirmações segundo as quais “uma família bem governada, que tenha à sua disposição alguns hectares de terreno regadio, não deve deixar de plantar um ou dois deles com laranjeiras” (Martins, 1907: 88).

Quadro 3. Citrinos exportados através do porto de Faro (em milheiros)

Produto	1739	1740	1757	1769	1774	1778	1783
Laranja da China	5,3	20	416	678	1701	1323	2289
Laranja agra	70			51	30	18	19
Limão	820			525	836	609	936

Fontes: Magalhães 1988: 286; Fidalgo 2021: 111

As laranjas algarvias eram encaradas como “as mais preciosas do Reino”, exportando-se “não poucas, em navios belgas, holandeses, franceses e ingleses” (Lopes, 1841: 151). Os anos seguintes apresentar-se-iam mais irregulares. Em 1875 era dito que “as plantações de novos laranjais vão se multiplicando, e é de esperar que em breve possamos exceder as importantes exportações d’outro tempo”²⁵. Apesar desta descrição, a laranja foi perdendo a importância. Outros frutos atraíram maior atenção comercial como os ananases de Lagoa que “são exportados para Londres e Alemanha”²⁶ pelos portos de Faro, Portimão e Vila Real de Santo António.

²⁴ *Agros*, vol. 1, nº 2/3, 1917: 30.

²⁵ *Jornal dos Agricultores do Algarve*, ano 1, vol. 1, 01-1875: 9.

²⁶ ANTT, *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, mc. 983, nº 4, fl. 1.

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

Os laranjais “vêm decaindo há 30 anos para cá sendo a produção limitadíssima” (Fortes, 1915: 5). Dois motivos explicam a retração da citricultura regional que tinha maior importância em Faro, Portimão, Alcoutim, Monchique, Olhão e Tavira²⁷. O primeiro deles foi o surgimento de pragas agrícolas, a “lágrima” e as cochonilhas, cujos estragos levaram a “uma reação animadora, tomando notável incremento a reconstrução” (Weinholtz, 1891: 131), e a gomose, em meados de 1880, retardando a recuperação que se fazia sentir. É desta forma que, em 1883, “na maioria dos concelhos, não tem aumentado a plantação dos pomares especialmente as laranjeiras e limoeiros” devido “ao mal que tem atacado há anos este excelente arvoredo e à falta de coragem dos horticultores”²⁸.

O segundo motivo foi a expansão da vinha tendo em Moncarapacho, Fuzeta, Quelfes e Olhão as principais localidades produtoras. Houve um período de “grande entusiasmo pela plantação de vinhas, empregando-se o vinho [...] no fabrico de jeropigas destinadas a fazer vinhos do Porto de baixo preço” (Cabreira, 1918: 109). A concorrência da viticultura acabou por dificultar o relançamento da citricultura. O mesmo cenário ocorreu em Alcobaça, onde as laranjeiras “envelhecera e a produção diminuiu, o cultivador foi, pouco a pouco, substituindo a sua cultura pela da vinha ou por outras culturas que supos mais lucrativas” (Natividade, 1920: 105-106). Porém, a invasão filoxérica e a demarcação da região vinícola duriense (1907-1908) tiveram como resultado a depreciação comercial dos vinhos algarvios, reforçando a pertinência em recuperar os laranjais.

Destarte, esta cultura manteve-se “estimulante no seguimento, mesmo quando em confronto com outras” (Radich, 2007: 59). Algumas afirmações confirmam tal ideia pois notava-se que “1 hectare de laranjal bem cuidado, rendia o suficiente para manter uma família agrícola” (Weinholtz, 1891: 131) ou que os lucros obtidos “são bastante altos para tornar a cultura da laranjeira a mais produtiva dos terrenos regados” (Cabreira, 1918: 78). Ainda que qualitativos, estes dados apontam para que os rendimentos brutos por hectare fossem suficientemente elevados para explicar a pertinência com que a laranja mostrava em reaparecer no Algarve.

²⁷ ANTT, *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, mç. 983, nº 1, 2, 6, 12, 13 e 15.

²⁸ ANTT, *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, mç. 870, fl. 38.

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

Os citrinos portugueses nos mercados externos

Olhando para os mercados estrangeiros, que tipo de racionalidade existia na gestão dos patrimónios fundiários frutícolas? No século XVIII, e tomando como exemplo as quintas do termo de Lisboa, o cultivo da laranja instituiu um padrão de organização do espaço económico em que “os ricos proprietários vão plantá-la onde o solo e a exposição solar permitem bons frutos” (Magalhães, 2010: 70). Em Odivelas encontravam-se “algumas quintas, que têm seus pomares de laranja”²⁹ e em Belas produzia-se “muita laranja da China, e alguns limões”³⁰, tal como ocorria em Carnaxide, Barcarena e Sacavém. Em Oeiras a produção dos pomares de laranjas doces era “encaixotada para embarque fluvial ou para transporte por estrada com destino a Lisboa” (Silva, 1993: 29), o que certifica a importância desta cultura localmente, sinal de uma passagem de alternativa a especialização cultural que reagisse positivamente aos estímulos do mercado. Concertando as condições climáticas e as acessibilidades portuárias, na Lisboa setecentista existia algo próximo do que será desenvolvido no século seguinte, evidenciando como a especialização combina o aproveitamento das instalações, armazenamento e transporte, reduzindo os custos de produção. Em síntese, “um leque variado de alternativas culturais proporciona ao agricultor uma multiplicidade de oportunidades quando o mercado está em expansão” (Pereira 1971: 186).

Na centúria oitocentista os mercados europeus foram confrontados com a entrada de produtos agrícolas oriundos da América do Norte e da Oceânia. Que razões explicam a concorrência gerada neste período? Os preços baratos, a grande extensão da propriedade fundiária nessas regiões, as melhorias nas redes de transporte e comunicações, as novas propostas científico-tecnológicas no âmbito da agronomia (uso de fertilizantes, obras de hidráulica agrícola e novas formas de organização laboral), além da emergência de um conjunto de infraestruturas que possibilitaram um melhor armazenamento, circulação e preservação da produção frutícola, encaminharam as economias dos países da Europa do Sul para uma especialização agrária e para o sucesso do sector fruto-hortícola nestes anos.

²⁹ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 26, nº 6, fl. 65.

³⁰ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 6, nº 84, fl. 612.

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

O interesse na expansão desta cultura em Espanha levou a que em Villarreal (Valência) “a plantação de laranjeira chegou ao delírio, transformando à força de dinamite, um solo rochoso em terreno próprio para a plantação da árvore, que dá tão belo fruto”³¹. Este foi um sector de crescimento dinâmico “caracterizado por uma elasticidade de rendimento relativamente elevada da procura e fortes ligações com os sectores financeiro, industrial e de transportes modernos” (Critz *et al.*, 1999: 317). Acrescente-se que estas eram culturas com trabalho intensivo, como os citrinos, estando situadas em locais caracterizados por um aumento populacional e uma industrialização tardia que absorviam o subemprego rural.

As lógicas empresariais procuravam gerar lucro e rentabilização no cultivo dos hortofrutícolas, retirando este sector do domínio do alternativo. À exceção de produtos cuja importância económica já estava confirmada, deu-se um desenvolvimento que colocou “as empresas num caminho muito mais amplo, até que acabe por emergir à mesma escala que a agricultura convencional” (Thirsk, 1997: 169-170). A procura dos mercados converteu-se na força motriz da especialização agrícola. Sequencial ou paralelamente à procura urbana e industrial, surgiram novas oportunidades à escala nacional e internacional. Durante o século XVIII estas questões tinham-se colocado aos produtores que haviam correspondido positivamente, em que se deteta a importância-chave de operadores externos que desenvolvem uma agricultura comercial virada para os mercados consumidores do “centro” da economia britânica. Como se pode observar no caso da produção de laranja dos Açores, em que “a procura externa ditou uma mudança na utilização das terras agrícolas e um processo de inovação e especialização inequivocamente orientado para o mercado” (Serrão, 2009: 62). No Portugal oitocentista, este quadro havia-se alterado, com uma primazia política concedida à questão cerealífera o que “retardou a reconversão das agriculturas no sentido de uma maior adopção da fruticultura e da horticultura” (Câmara, 2005: 348).

No comércio internacional, as exportações portuguesas enfrentavam a competição de outros países. Em 1856, França importou 15.000.000 quilos de laranjas de Espanha; de Itália, foram 5.000.000 e de Portugal, o valor foi de 230.000 quilos (Lassala, 1873: 13). Um outro dado demonstrativo da perda de importância desta cultura citrícola poder-

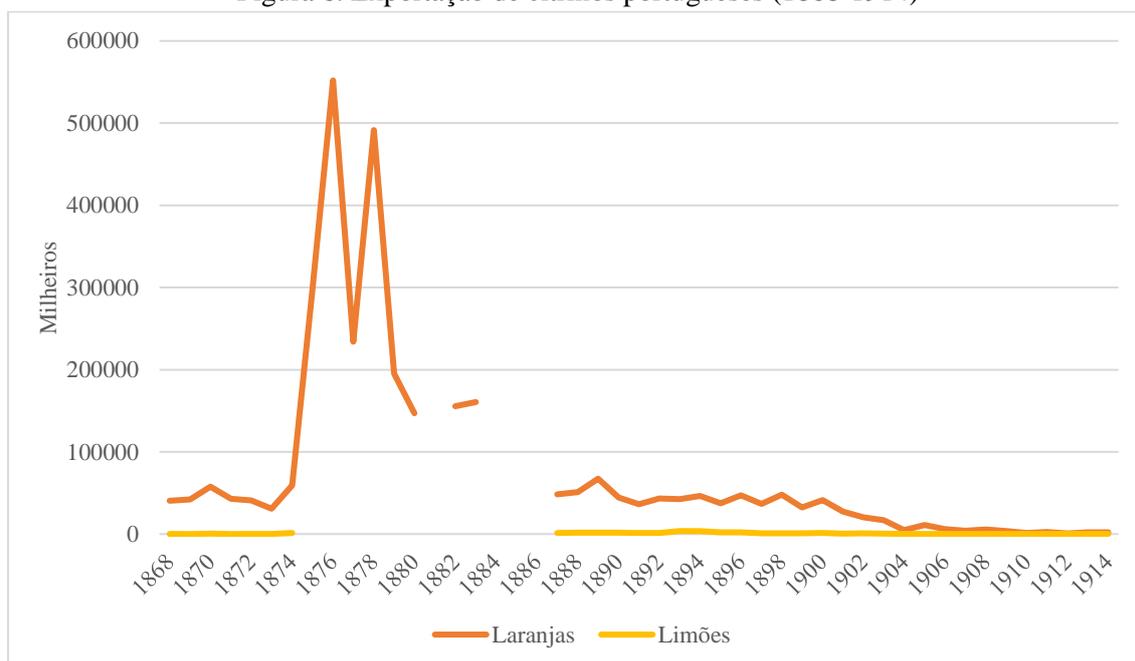
³¹*Portugal Agrícola*, 18º ano, nº 2, 15-01-1907: 32.

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

se-á ver através dos seguintes valores “em 1856 davam para a exportação o melhor de 740.000\$000 réis e em 1892 apenas 63.679\$000” (Almeida, 1895: 14). O papel da tecnologia também é relevante como em Espanha “graças às inteligentes convenções entre os caminhos de ferro espanhóis e franceses”, a Itália, os EUA, a Argélia, “com os seus vapores de grande velocidade, e de carreiras diárias”³² e a Turquia.

Apesar de ser reconhecido “o bom resultado pecuniário que podem auferir da cultura da laranjeira, quer pela exportação do fruto, quer para a venda do mercado interno”³³, ao longo da segunda metade de Oitocentos há uma significativa depreciação do valor das exportações (Figura 6), causada pelas quebras na produção nacional e a oferta concorrencial de outros países. Isto está em consonância com testemunhos da época que apontam para uma ausência de garantias da competitividade da agricultura portuguesa e a decadência do desempenho deste sector nos mercados internacionais.

Figura 6. Exportação de citrinos portugueses (1868-1914)



Fontes: *Mapas Gerais do Comércio de Portugal; Estatística Geral do Comércio e Estatística Comercial.*

O caso norte-americano é demonstrativo do atraso em que as estratégias comerciais portuguesas se encontravam, limitando os proventos das exportações agrícolas. Na

³² *Archivo Rural*, vol. 4, nº 12, 1899: 191.

³³ *Archivo Rural*, vol. 3, nº 26/27, 1898: 48.

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

Califórnia – um dos melhores exemplos em como a ciência foi a base para “evitar os ciclos de boom e falência característicos das últimas três décadas do século XIX” (Saraiva, 2020: 122) – os produtores locais de citrinos apoiaram-se em estratégias como “a diferenciação de produtos, melhor organização, e uma utilização mais intensiva de inputs científicos, para compensar o impacto dos salários mais elevados e dos custos de transporte” (Olmstead & Rhode, 2008: 228). Sobre as laranjas foram efetuadas recolhas sistemáticas de registos meteorológicos e análises dos solos que se revelaram importantes dada a vulnerabilidade que os citrinos possuem ao frio. Aqui se verificou “uma estreita correlação entre crescimento do mercado [...] a especialização agrícola, o progresso técnico e os rendimentos agrícolas” (Pereira, 1971: 187).

A perda de competitividade da laranja nos mercados externos deveu-se, em parte, à ineficiência dos métodos usados pelos agricultores portugueses. Entre as causas que concorriam para isso encontravam-se o plantio dos pomares “em baixas ou menos húmidas, sem escoantes suficientes [...] o uso e abuso de estrumações infecciosas [...] a quási que absoluta falta de tratamento”³⁴. A um nível local, no Algarve era preciso “convencer todos os lavradores a fazerem os tratamentos necessários para a destruição de fungos e insectos” (Cabreira, 1918: 74) e em Setúbal “a embalagem e acondicionamento da laranja deve merecer as maiores atenções por parte dos produtores” (Leite, 1918: 179). Tal não acontecia em Itália, onde “a fruta é colhida ainda verde, bem sã [...] mergulha-se depois em água salgada, e aí se conserva de 3 a 8 dias [...] passado aquele tempo, tiram-se os frutos e guardam-se em casas enxutas e arejadas”³⁵. Por sua vez, na Austrália, “cada laranja foi embrulhada em papel de seda e o conjunto foi embalado firmemente em feno”³⁶. A ausência da transformação das laranjas em objeto científico, a falta de uma base organizacional sólida explica, em parte, o declínio das exportações portuguesas.

Estes princípios foram mais tangíveis na cerealicultura e na pecuária portuguesas onde “muitos proprietários e lavradores abastados têm abandonado a rotina, adoptando os processos e instrumentos modernos” (Pery, 1875: 103) e que procuraram adquirir “uma preparação tecnológica, quer pela leitura, quer em viagens ao estrangeiro – onde

³⁴ *Portugal Agrícola*, 22º ano, nº 17/18, 1/15-9-1911: 268.

³⁵ *Agricultura Contemporânea*, vol. XI, nº 9, 12-1900: 291.

³⁶ *Journal of the Royal Horticultural Society of London*, vol. 16, 1894 :122

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

visitavam quintas-modelos e fábricas de máquinas agrícolas – quer pela frequência das escolas superiores” (Pereira, 2003: 137).

Importa notar que muitas culturas alternativas elencadas por Thirsk provinham da economia doméstica. A produção de frutas, que sempre foi realizada e mantida em hortas e quintais, podia, nas condições de mercado corretas, ser aumentadas sem necessidade de empregar um grande número de pessoas de fora do agregado familiar. Deste “a falta de mecanização da agricultura portuguesa tanto poderá ter decorrido do excesso de mão-de-obra nela empregue, como da escassez de capital de economia” (Lains, 1995: 60). A elevada quantidade de mão-de-obra e baixo custo do fator “trabalho” conduziu a uma perpetuação de um atraso técnico porque os agricultores, excluindo as elites, não tinham possibilidade de utilizar economias de escalas como na compra de adubos, nem procurar outras condições de comercialização e promover a concentração e racionalização da produção.

Num contexto de forte procura do mercado e de novas oportunidades oferecidas pela melhoria das redes de transporte e de comércio e perante estas áreas do globo nas quais a integração de novas técnicas era um importante sustentáculo da atividade económica, o atraso da realidade portuguesa ficou ainda mais evidente. Em suma, a “subcapitalização, o apetrechamento técnico inadequado, a indisciplina quanto a qualidade e a resistência a melhoramentos técnicos” (Reis, 1993: 28), colocou os citrinos portugueses numa situação de difícil superação até à Grande Guerra para fazer face às exigências de qualidade e conformidade com padrões de consumo estrangeiros. A conclusão era a seguinte: a exportação de laranja figurava “n’uma pequeníssima escala nas estatísticas, devido ao abandono a que tem sido votado este importante ramo da agricultura”³⁷.

Conclusões

A evolução da atividade citrícola em Portugal pode ser vista como esclarecedora de algumas premissas em que Joan Thirsk se baseou nas suas análises historiográficas sobre a agricultura alternativa. Estando a produção de frutas centrada, fundamentalmente, na

³⁷ *Portugal Agrícola*, 22º ano, nº 4, 15-02-1911: 59.

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

pequena agricultura, conclui-se que os pequenos produtores, frequentemente a nível local, são sensíveis à procura global dos consumidores e às flutuações que daí derivam, como a queda dos preços internacionais. Duas ideias principais podem ser elencadas: a influência exercida pelos padrões de consumo e a ocorrência de momentos de crise são geradores de alternativas nas práticas culturais. No caso dos citrinos em Portugal, em diferentes momentos, estas duas dimensões se entrecruzaram em várias regiões.

Se no Reino Unido, na recessão que começou nos anos 1870, com as importações em grande escala de trigo e carne da América, os agricultores se voltaram para as culturas industriais, como o linho, o cânhamo e a beterraba sacarina, em Portugal, a lógica de mercadoria para o mercado global que a produção de laranjas foi ganhando em vários pontos do mundo também criou alternativas. É assim que nos Açores o tabaco e o chá se tornaram culturas alternativas em relação às laranjas e, por seu turno, quando as pragas agrícolas afetaram os campos algarvios, a viticultura tornou-se um substituto da citricultura, embora esta apresentasse alguma resiliência.

A passagem de agricultura alternativa para especialização produtiva agrícola também se encontra ligada à noção da localização económica, em que a fixação da estrutura fundiária é um elemento central e a variável é a distância entre o terreno e as cidades. Além das condições ambientais que permitiam maiores níveis de produtividade de certas culturas, há fatores locativos como os portos existentes no Algarve, em Lisboa e nos Açores, em que os produtores locais aproveitaram o transporte rápido e barato. Contudo, de um modo mais amplo, a vertente técnica não pode ser ignorada. Foi a ausência de uma base planeada de investimento na prática científica e de standardização que ditou insucesso da produção nacional quando comparada, por exemplo, com os laranjais californianos.

Fontes e bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Direcção-Geral do Comércio, Agricultura e Manufaturas*, Repartição de Agricultura, 3ª Secção, pasta 11 e 1ª secção, pasta 12.

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Memórias Paroquiais*, vols. 3, 6, 26 e 28.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, maços 983, 870 e 1008.

Arquivo Regional dos Açores, *Manuscritos Ernesto do Canto*, A.1, Gav.1, EC Ms.22-A

Fontes periódicas

Agros.

Annaes Agrícolas do Districto de Portalegre.

Archivo Rural.

Boletim da Direcção-Geral de Agricultura.

Boletim da Sociedade Nacional de Horticultura.

Brotéria.

Estatística Comercial.

Estatística Geral do Comércio.

Journal of the Royal Horticultural Society of London.

Jornal dos Agricultores do Algarve.

Jornal de Horticultura Prática.

Mapas Gerais do Comércio de Portugal.

O Agricultor Michaelense.

Portugal Agrícola.

Revista Agronómica.

Fontes impressas

ALBUQUERQUE, Luís Mouzinho; MENESES, Ignacio Pitta Castro (1826), *Observações sobre a Ilha de S. Miguel*, Lisboa, Impressão Régia.

ALMEIDA, Francisco de (1895), *Algumas palavras sobre a laranjeira (Citrus aurantium)*, Lisboa, Instituto de Agronomia e Veterinária.

ALMEIDA, Manuel Lopes (1882), *A laranjeira doce e sua cultura*, Lisboa, Instituto Geral de Agricultura.

AYALA, José (1855), *Compendio geográfico-estatístico de Portugal y sus posesiones ultramarinas*, Madrid: Imprenta de la Viuda de D. António Yenes.

CABREIRA, Tomás (1918), *O Algarve económico*, Lisboa, Imp. Libanio da Silva.

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

CASTRO, D. Luiz de; COSTA, Bernardino Cincinnato (1900), *Le Portugal au point de vue agricole*, Lisboa, Imprensa Nacional.

COUTINHO, Carlos da Cunha (1940), “Expansão da laranja doce e do tabaco na Europa (novos subsídios documentais)” in *Congresso do Mundo Português*, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, vol. 5, pp. 271-280.

GRANDE, José Maria (1849), *Guia e Manual do Cultivador*, Lisboa, Imprensa da Época.

LASSALA, Vicente (1873), *Memoria sobre la producción y el comercio de la naranja en España*, Valencia, Imprenta de J. Domenech.

LEÃO, Duarte Nunes (1610), *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, Jorge Rodrigues.

LEITE, Francisco Paula (1918), *Os laranjais de Setúbal: sua cultura e economia*, Lisboa, Impr. Lusitana de José Maria & C.^a

LOPES, João Baptista da Silva (1841), *Corografia, ou memoria economica, estadistica, e topografica do reino do Algarve*, Lisboa, Typografia da Academia das Ciências de Lisboa.

MARANHÃO, Francisco Prazeres (1839), *Taboa geografico-estatistica luzitana*, Porto, Typographia Commercial Portuense.

PACHECO, Carlos Frazão (1938), *Em defesa dos cultivadores de ananases e da economia da ilha de S. Miguel*, Famalicão, Oficinas Gráficas «Minerva».

PERY, Gerardo (1875), *Geographia e estatistica geral de Portugal e colonias*, Lisboa, Imprensa Nacional.

PORTUGAL, Tomás Villa-Nova (1791), “Sobre o mapa da povoação do termo da vila de Azeitão”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, tomo III, 322-328.

SOUSA, João Soares Albergaria de (1822), *Corographia açórica*, Lisboa, Imprensa de João Nunes Esteves.

WEINHOLTZ, Francisco Bivar (1891), *Memoria sobre a economia rural da 9ª região agronómica*, Tavira, Typ. Burocratica.

Bibliografia

ABAD, Vicente (1984), *Historia de la naranja, 1781–1939*, Valencia, Comité de la Gestión de la Exportación de Frutos Cítricos.

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

CÂMARA, Benedita (2005), “Relações económicas com o exterior” in Álvaro Ferreira da Silva; Pedro Lains (coord.), *História Económica de Portugal, 1700-2000*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, vol. II, pp. 337-356.

CRITZ, José Morilla; OLMSTEAD, Alan L.; RHODE, Paul W. (1999), “‘Horn of Plenty’: The Globalization of Mediterranean Horticulture and the Economic Development of Southern Europe, 1880-1930”, *Journal of Economic History*, vol. 59, nº 2, pp. 316-352.

DIAS, Fátima Sequeira (1995), “A importância da ‘economia da laranja’ no arquipélago dos Açores durante o século XIX”, *Arquipélago. História*, vol. 1, nº 2, pp. 189-240.

DIAS, Fátima Sequeira (2008), “A economia ao sabor das circunstâncias. Produções, agentes e intercâmbios” in Artur Teodoro de Matos; Avelino Freitas de Meneses; José Guilherme Reis Leite (dir.) *História dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Açoriano de Cultura, vol. II, pp. 33-66.

FIDALGO, Andreia (2021), *A restauração do reino do Algarve: reformismo económico nos finais do Antigo Regime*, Tese de Doutoramento em História, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

FONSECA, Hélder Adegar (1996), *O Alentejo no século XIX: economia e atitudes económicas*, Lisboa, INCM.

FORTES, Mário Cunha (1915), *Primícias agrícolas e plantas subtropicais no Algarve*, Lisboa, Typ. da Gazeta dos Caminhos de Ferro.

GARRIDO, Samuel (2007), *The Anticalifornia. Family farming, prices and quality product in the Spanish citrus industry (1840-1936)*, Madrid, Asociación Española de Historia Económica.

GARRIDO, Samuel (2010). “‘Oranges or ‘Lemons’? Family Farming and Product Quality in the Spanish Orange Industry, 1870-1960”, *Agricultural History*, vol. 84, nº 2, pp. 224-243.

HERMENT, Laurent; ANTOINE, Annie (2016), “Specialisation in rural history: towards a definition” in Annie Antoine (ed.). *Agricultural specialisation and rural patterns of development*. Leiden, Brepols, pp. 13-48.

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

HERMENT, Laurent; MIGNEMI, Niccolò (2021), “La especialización agrícola en la historia rural europea: recursos, mercados y espacios (siglos XVIII-XX)”, *Mundo Agrario*, vol. 22, n.º 49, pp. 1-17.

KARLINSKY, Nahum (2005), *California Dreaming: Ideology, Society, and Technology in the Citrus Industry of Palestine: 1890–1939*, Albany, State University of New York Press.

LAINS, Pedro (1995), *A economia portuguesa no século XIX: crescimento económico e comércio externo, 1851-1913*, Lisboa, INCM.

MACHADO, Margarida Rego (1994), *Produções agrícolas, abastecimento, conflitos de poder: São Miguel, 1766-1806*. Ponta Delgada, Jornal de Cultura.

MACHADO, Margarida Rego (2005), *Uma fortuna do Antigo Regime: a casa comercial de Nicolau Maria Raposo do Amaral*, Cascais, Patrimonia.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (1988), *O Algarve económico, 1600-1773*, Lisboa, Estampa.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (2010), “Do tempo e dos trabalhos: a agricultura portuguesa no século XVII”, *Revista Portuguesa de História*, vol. 41, pp. 59-72.

MATOS, Ana Cardoso de; MARTINS, Conceição Andrade; BETTENCOURT, Maria Lourdes (1982), *Senhores da terra: diário de um agricultor alentejano (1832-1889)*, Lisboa, INCM.

MIRANDA, Sacuntala de (1989), *O ciclo da laranja e os ‘gentlemen farmers’ da Ilha de São Miguel: 1780-1880*, Ponta Delgada, Instituto Cultural.

NATIVIDADE, Joaquim Vieira (1920), *A região de Alcobaça*, Lisboa, Imp. Libanio da Silva.

OLMSTEAD, Alan L.; RHODE, Paul W. (2008), *Creating Abundance: Biological Innovation and American Agricultural Development*, Cambridge, Cambridge University Press.

PEREIRA, Miriam Halpern (1971), *Livre-câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Cosmos.

PEREIRA, Miriam Halpern (2003), “Entre a agromania e agronomia” in *Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, pp. 135-147.

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

POUSSOU, Jean-Pierre (2020), “Another Look at Joan Thirsk’s Concept of ‘Alternative Agriculture’, and why it should be Discarded” in G. Béaur (ed.), *Alternative Agriculture in Europe (sixteenth-twentieth centuries)*. Turnhout: Brepols Publishers, pp. 35-58.

QUEIROZ, Ana Isabel; ALVES, Daniel (2019), “Praga e poder: história do ‘devorista das laranjeiras’ (Açores, Portugal, 1840-1860)”, *Análise Social*, vol. 54, n.º 231, pp. 226-254.

RADICH, Maria Carlos (2007), *O Algarve agrícola: notícias oitocentistas*, Lisboa, CEHC/ISCTE.

RAMOS, Anabela (2022), *Laranjas de Portugal: séculos de cultivo e consumo*, Lisboa, Ficta Editora.

REIS, Jaime (1993), *O atraso económico português, 1850-1930*, Lisboa, INCM.

SACKMAN, Douglas (2005), *Orange Empire: California and the Fruits of Eden*, Berkeley, University of California Press.

SARAIVA, Tiago (2014), “Oranges as Model Organisms for Historians”, *Agricultural History*, vol. 88, n.º 3, pp. 410-416.

SARAIVA, Tiago (2020), “The Scientific Co-op: Cloning Oranges and Democracy in the Progressive Era” in A. Slaton (ed.), *New Materials: Towards a History of Consistency*. Philadelphia: Lever Press, pp. 119-150.

SERRÃO, José Vicente (2009), “Land management responses to market changes. Portugal, seventeenth-nineteenth centuries” in V. Pinilla (ed.), *Markets and Agricultural Change in Europe: from the 13th to the 20th century*, Leiden, Brepols, pp. 47-73.

SILBERT, Albert (1978), *Le Portugal méditerranéen à la fin de l’Ancien Régime : XVIIIe - début du XIXe siècle*, Lisboa, INIC.

SILVA, Álvaro Ferreira da (1993), *Propriedade, família e trabalho no «hinterland» de Lisboa: Oeiras, 1738-1811*, Lisboa, Cosmos.

SOUSA, Paulo Silveira (2012), “A produção e a exportação de laranja nos Açores (1800-1880). Um olhar a partir da periferia: o caso da ilha de São Jorge”, *Povos e Culturas*, n.º 16, pp. 329-343.

SORIANO, V. Roncalés (1998), “Propiedad y riesgo en los inicios de la expansión cítrica valenciana durante el último tercio del siglo XIX”, *Historia Agraria*, n.º 16, pp. 183-208.

Leonardo Aboim Pires – *Os citrinos na agricultura portuguesa, séculos XVIII-XIX: entre o cultivo alternativo e a produção especializada* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2. 2023. 164-191. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a8

THIRSK, Joan (1997), *Alternative Agriculture: A history from the Black Death to the Present Day*, Oxford, Oxford University Press.